

A colecção “Vila Franca de Xira - Saber Mais Sobre ...” será constituída, numa primeira fase, por dez livros, de edição bimestral.

Volumes que integram a colecção:

1. Feiras, Festas e Romarias
EDITADO A 15 JANEIRO DE 2010
2. As Linhas Defensivas de Torres Vedras
3. Gastronomia Vilafranquense
4. Museus do Concelho
5. Património de Forte da Casa e Póvoa de Santa Iria
6. Património de Vila Franca de Xira, Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras
7. Património de Alhandra, São João dos Montes e Sobralinho
8. Património de Alverca do Ribatejo, Calhandriz e Vialonga
9. História do Concelho
10. Instituições de Solidariedade Social

Preço de venda:

3.00 euros

Locais de venda:

Posto de Turismo, Museu Municipal e Museu do Neo-Realismo (Vila Franca de Xira)

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
www.cm-vfxira.pt

2



Vila Franca de Xira SABER MAIS SOBRE ...

VILA FRANCA DE XIRA - SABER MAIS SOBRE ... AS LINHAS DEFENSIVAS DE TORRES VEDRAS



As Linhas Defensivas de Torres Vedras

A colecção Vila Franca de Xira – saber Mais Sobre..., criada pela Câmara Municipal, dá corpo a um dos objectivos primordiais da autarquia, que é o de comunicar e educar, divulgando, no âmbito do Museu Municipal, os resultados de pesquisas efectuadas. A intenção é dinamizar, através dessas investigações, uma consciência patrimonial activa, potenciando os recursos concelhios nessa área e o desenvolvimento local.

As atenções dirigem-se sobretudo para a divulgação de estudos sobre a cultura local, erudita ou popular, muitas vezes só guardada até aí pela tradição oral, o espólio patrimonial edificado e a História de carácter identitário da região e das suas comunidades, capazes de interessar a diferentes tipos de públicos. São livros de fácil acesso e consulta, destinado a quem nos visita ou contacta.

As edições, basicamente informativas, abordarão temáticas variadas, das Feiras, Festas e Romarias aos museus, instituições relevantes da sociedade civil, equipamentos municipais ou espaços públicos de lazer, cultura e recreio. Em cada item a tratar será apresentada a sua raiz histórica e fornecidos os elementos facilitadores da orientação dos públicos que não conhecem o Concelho.

Vila Franca de Xira **SABER MAIS SOBRE ...**

AS LINHAS DEFENSIVAS DE TORRES VEDRAS

Volume 2

FICHA TÉCNICA

Título original

Vila Franca de Xira - saber Mais Sobre...
As Linhas Defensivas de Torres Vedras
(Volume 2)

Autor

Orlando Raimundo

Edição

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Praça Afonso de Albuquerque, 2
2600 – 093 Vila Franca de Xira

Coordenação Editorial

O Correr da Pena – Comunicação,
Marketing, Edições
Praceta Capitão Américo dos Santos,
7 – 2º Dtº
2735-049 Agualva-Cacém

Parceria

O Correr da Pena – Comunicação,
Marketing, Edições
e Terra Branca, Comunicação Social, Lda.
Rua 31 de Janeiro, 22
2005-188 Santarém

Pesquisa

Vanessa de Sousa Glória

Apoio Documental

Museu Municipal de Vila Franca de Xira,
Arquivo Histórico Militar
e Museu Municipal de Torres Vedras

Revisão

Maria Manuela Alves

Fotografia

Bancos de imagens do Arquivo Histórico Militar, Clube de Vinhos Portugueses, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Gabinete de Gestão de Informação e Relações Públicas da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Torres Vedras e O Correr da Pena; e fotografias de António Glória.

Capa e Paginação

CMVFX/GGIRP

Impressão

Colibri - Artes Gráficas

1ª Edição: Fevereiro de 2010

© O Correr da Pena e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2010

ISBN: 978-989-8254-05-4
Depósito Legal: 309157/10

ÍNDICE

Prefácio

Parte I

Histórias de que é feita a História

11. O povo francês em armas
13. Liberdade, Igualdade, Fraternidade
15. Portugal não cumpre ordens de Napoleão
17. Junot comanda a primeira invasão
18. Família real foge para o Brasil
19. O invasor em Vila Franca de Xira
20. Portugal declara guerra à França
21. Revoltas populares de Bragança a Olhão
23. Napoleão planeia vir a Portugal
25. A terceira Invasão francesa
27. A vitória do Buçaco
28. População de Cachoeiras saqueada
30. O dia em que Massena tirou o chapéu
31. Quartel-general em Alenquer
33. O inimigo cercado em Santarém
34. A primeira grande derrota de Napoleão

ÍNDICE

Parte II

Tipologia de construção das fortificações

- 39. Oitenta quilómetros de extensão
- 41. A importância dos mapas militares portugueses
- 43. Participação de 140 engenheiros portugueses
- 45. Linhas protegem o valor mais importante: Lisboa
- 46. O triângulo estratégico do Tejo ao Atlântico
- 48. Sacos de terra, pedras e entulho de lenha
- 49. O Monumento Comemorativo das Linhas de Torres
- 51. As intervenções da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Parte III

Rota histórica das linhas de Torres

- 55. As fortificações no concelho de Vila Franca de Xira
- 56. Maioria em bom estado de conservação
- 58. Um Observatório privilegiado da Paisagem
- 60. Tudo o que o observador precisa para compreender
- 62. Percurso Pedestre na 1.ª Linha de Torres

63. **Bibliografia**

66. **Contactos**

PREFÁCIO



Napoleão consultando o Oráculo

PARTE I

Histórias de que é feita a História



A Liberdade e o povo, vistos por Delacroix

O POVO FRANCÊS EM ARMAS

A história das linhas defensivas da Península de Lisboa, constituídas por centenas de obras de engenharia – fortificações, trincheiras, estradas militares – construídas em 1809 e 1810 para travar a terceira invasão francesa, conduzida pelo general Massena, está intimamente relacionada com a História da Europa e, sobretudo, com os acontecimentos que se sucederam à Revolução Francesa de 1789.

Quando Luís XVI subiu ao trono, em 1774, a França vivia tempos difíceis de ordem social, política e sobretudo económica. Ao velho continente começavam a chegar as influências dos novos ventos da Liberdade que sopravam da América, e que viriam a ser consagrados na Independência alcançada em 1776. Mas o Antigo Regime resistia à mudança e Luís XVI detinha um poder absoluto. A desigualdade entre os grupos privilegiados (clero e nobreza)

e o Terceiro Estado (burgueses, camponeses sem terra e a plebe urbana, representada nos “sans-coullotes”) era já chocante. Enquanto a corte usufruía de um ambiente de luxo e esbanjamento, os trabalhadores rurais viviam em condições miseráveis, e a população urbana sofria as consequências do desemprego e dos baixos salários. A própria burguesia, apesar de ter algum poder e uma certa cultura, ansiava por mais protagonismo político e social. Os elevados impostos, lançados para cobrir os défices das contas do Estado, agravados pelos custos das guerras em que o País se envolvera, (Guerra da Independência dos Estados Unidos e Guerra dos Sete Anos), e os gastos supérfluos da corte; eram integralmente suportados pelo Terceiro Estado. A situação desencadeou grande descontentamento popular. Preocupado, o rei decretou que as classes privilegiadas contribuiriam também para as contas do reino.



A Revolução Francesa põe fim ao Absolutismo



A Revolução Francesa põe fim ao Absolutismo

A medida não foi bem acolhida e o indeciso Luís XVI viu-se obrigado a ceder e a reunir, em Maio de 1789, os Estados Gerais. Os representantes das três ordens sociais reuniram-se no Palácio de Versailles para votar a reforma do sistema tributário do reino. O confronto, inevitável, dá-se quando a burguesia tenta instituir o voto uninominal por deputado, contra o clero e a nobreza que reclamavam a manutenção do voto por Estado, que lhes garantia os privilégios que usufruíam até ao momento.

Impossibilitado de conciliar os interesses de todas as ordens, o rei tenta dissolver os Estados Gerais. Revoltados, os representantes do Terceiro Estado, separam-se das Cortes e autoproclamam-se, no dia 9 de Julho de 1789, Assembleia Nacional. Nas ruas de Paris, a agitação popular era cada vez maior. E a 14 de Julho de 1789 o povo toma de assalto a prisão da Bastilha, que servia o Estado absolutista francês desde o século XVII, no tempo do reinado de Luís XIII. Mais do que a libertação dos presos, a Tomada da Bastilha representa o início de uma etapa que põe fim à era do Absolutismo em França. Começa assim a Revolução, anunciada e defendida por Voltaire, Rousseau e Denis Diderot, que marca uma ruptura com a Igreja Católica. Estes filósofos, em especial Rousseau, partilham a teoria do optimismo antropológico, que assenta no princípio de que o Homem é bom, a Sociedade é que o torna mau. Desse modo, em seu entender, a soberania deverá assentar no corpo político ou vontade geral, transferindo para ele, através de um contrato social, todos os nossos direitos privados e tornando-nos públicos.

Apoiada e sustentada por estas teses colectivistas, a violência alastra por todo o País. Os palácios da nobreza são assaltados, incendiados e destruídos. Os jacobinos fecharam umas igrejas, ocuparam outras, transformando algumas delas em sedes de clubes políticos.

Ao mesmo tempo, a Assembleia Nacional decreta a abolição dos direitos feudais e exige a venda dos bens da Igreja para colmatar a crise financeira em que a França vivia.

LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE

Liberdade, Igualdade e Fraternidade eram os ideais da Revolução, que motivavam as acções contra o arbítrio e injustiça social. O lema ficou registado na lendária primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, assinada em França em Agosto de 1789. O documento proclamava que todos os homens nascem livres e com direitos iguais. Dois séculos mais tarde, em 1948, esse documento haveria de servir de base à Declaração Universal dos Direitos do Homem que hoje conhecemos.

A partir de 1791, a França passou a viver em regime de Monarquia Constitucional. O rei deixou de ser soberano inquestionável e os poderes legislativo, executivo e judiciário foram separados e repartidos. E os cidadãos conquistaram direitos cívicos completos.

O movimento revolucionário continuava no entanto, nas ruas. Temendo o contágio ideológico, os poderes instituídos na Áustria e na Prússia preparavam a resistência armada. Luís XVI confia nisso e espera um regresso ao Antigo Regime. Mas a Assembleia Legislativa antecipa-se e avança contra ele, acusando-o de colaborar, juntamente com a rainha, Maria Antonieta, os invasores. Depô-los e prendê-los foi o passo seguinte.

A Revolução estava na rua e a situação agravou-se rapidamente. A violência tornou-se incontrolável e as mudanças sucederam-se a ritmo alucinante.

Embora com a exclusão das mulheres, o povo conquista o direito ao sufrágio universal masculino. Em Setembro de 1792, a denominada Convenção Nacional vota a abolição da Monarquia e declara a I República Francesa. O Comité de Salvação Pública passa a exercer o poder.

O período de terror vivido na França revolucionária, sob a liderança de Robespierre, um radical populista, atinge uma violência extrema. Os excessos, conjugados com as dificuldades da guerra, sucedem-se. Luís XVI é considerado traidor e condenado à guilhotina, aos 38



A primeira Declaração dos Direitos do Homem



Defender a Liberdade com a própria vida

anos, sendo executado na praça pública, em Paris, a 21 de Janeiro de 1793, o mesmo acontecendo à rainha, Maria Antonieta, a 16 de Outubro desse ano. Ironia da História, a mesma sorte viria a ter, tempos depois, o próprio Robespierre, condenado também a subir ao cadafalso, quando os moderados recuperaram o controlo da situação.

PORTUGAL NÃO CUMPRE ORDENS DE NAPOLEÃO

Napoleão Bonaparte imortalizava-se na História da Europa do século XVIII com páginas extraordinárias e brilhantes de génio guerreiro. Ele revolucionou, por exemplo, a máquina de guerra ao seu dispor com uma simples decisão: ordenou aos soldados que avançassem ao ritmo de 120 passos por minuto, quando a média generalizada era de 75 passos por minuto.

Em 1806, já senhor de meia Europa, e Imperador dos Franceses, não tinha ainda conseguido abater o poder de Inglaterra, a grande potência que lhe fazia sombra. A supremacia naval e o poder económico inglês impossibilitavam-no de a conquistar. Inconformado, Napoleão procurou a vitória pela via económica. A 21 de Novembro de 1806 decretou, em Berlim, o encerramento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês.

A medida, designada Bloqueio Continental, visava isolar economicamente a Inglaterra, em resposta à política inglesa que proibia trocas comerciais dos estados neutros com a França. Seguiram-se mais dois decretos, aprovados em Milão – o de 22 de Novembro, que determinava a apreensão das cargas aos navios que atracassem nos portos ingleses; e o de 17 de Dezembro, que proibia os barcos dos países neutros de responderem às exigências inglesas, sob pena de perderem a nacionalidade e serem fortemente sancionados. A imposição francesa prejudicava em muito a



Apanhado na disputa entre franceses e ingleses, Portugal perdeu autonomia

Inglaterra. O País vivia da exportação das manufacturas e dependia dos cereais, munições e matérias-primas provenientes dos países abrangidos pelo Bloqueio Continental.

Também Portugal devia cumprir a decisão imposta pelo imperador. Ponto de passagem entre a Europa, África e América, o porto de Lisboa ocupava uma posição geográfica privilegiada. De França chegavam ordens claras: Portugal era obrigado a fechar os portos a Inglaterra e os súbditos britânicos residentes no país deviam ser presos e os seus bens e navios confiscados. As exigências de Napoleão não ficavam por aqui. O ministro inglês residente em Portugal devia ser mandado embora e o ministro português em Londres tinha, por sua vez, de abandonar o posto.

As ordens de Bonaparte não foram cumpridas de imediato. Fiel aos compromissos estabelecidos com a aliada Inglaterra, desde o século XIV, Portugal estava numa posição difícil. Nessa época a exportação do vinho do Porto para Inglaterra representava uma das nossas grandes fontes de receita. E se por um lado Portugal temia a invasão francesa, por outro pesava na sua decisão a ameaça de as suas colónias correrem perigo, se não ficasse do lado dos ingleses. A monarquia portuguesa era então composta “de Estados espalhados nas quatro partes do globo que

ficariam inteiramente expostos, no caso de uma guerra com a Grã-Bretanha” (AAVV, 2005: 24), argumentava o Governo português, perante a imposição do bloqueio francês. O príncipe D. João ainda ponderou, numa mensagem enviada ao governo francês, encerrar os portos à Inglaterra, mas recusava-se a prender os súbditos ingleses e a confiscar os seus bens “por ver nisso um atentado à honra e à religião professada pelo País” (Serrão, 1960: 47). Furioso com o governo português, Napoleão ordenou que “o corpo de observação da Gironda – uma força significativa – estacionado em Bayona, marchasse sobre Portugal” (AAVV, 2008: 67).



John Bull, o Zé-Povinho inglês

JUNOT COMANDA A PRIMEIRA INVASÃO

Os franceses invadem por três vezes Portugal. A primeira em 1807, sob o comando de Junot; a segunda, dirigida por Soult, em 1808; e a terceira, por Massena, em 1810. Na memória histórica dos portugueses ficarão para sempre gravadas as ofensivas militares francesas que deixaram marcas nas terras e nas gentes dessa época.

A irritação do imperador francês com Portugal vinha já de outros acontecimentos, que remontam à Campanha de Rossilhão (1793-95), em que os dois países se confrontaram. Anos depois Napoleão acabaria também por não ficar satisfeito com o Tratado de Badajoz, assinado em 1801 entre Portugal e Espanha, que pôs fim à Guerra das Laranjas. Nessa altura valeu a Portugal não constar da lista de prioridades do plano estratégico de Napoleão. Mas não levou muito tempo até o imperador voltar a atenção para o nosso País, concretizando a intenção adiada. Em 1807, em resposta à desobediência de Portugal no Bloqueio Continental, o imperador resolve architectar, com o diplomata e militar Manuel Godoy, favorito do rei Carlos IV de Espanha, um plano de invasão. Os dois poderes tinham negociado a partilha de Portugal no Tratado de Fontainebleau, assinado no dia 27 de Outubro de 1807. Dez dias antes, Napoleão deu ordens ao general Andoche Junot, o comandante do Corpo de Observação de Gironde, que já tinha sido embaixador em Portugal, para avançar para Espanha, onde iria reunir-se com as tropas espanholas, e preparar a invasão de Portugal.



Junot iniciou a invasão de Portugal e foi premiado com o título de Duque de Abrantes

FAMÍLIA REAL FOGE PARA O BRASIL

Informada das intenções de Napoleão, a Inglaterra manda a Portugal Lorde Strangford, com a missão de convencer o fraco príncipe regente, futuro D. João VI, a “retirar-se” para o Brasil com a esquadra portuguesa, ou então a entregá-la ao governo inglês em troca de bom preço. O príncipe, que governava o país desde 1792, altura em que a fanática D. Maria I foi considerada oficialmente louca, não via outra alternativa viável senão a fuga da família real e da corte portuguesa para a sua maior colónia. Antes da partida nomeou um Conselho de Regência para governar o reino, tentou explicar aos portugueses a sua decisão e pediu-lhes que não resistissem e recebessem os franceses como amigos, para evitar represálias.

Sob vigilância dos navios de guerra ingleses, a família real, acompanhada por nobres, comerciantes ricos, quadros superiores da administração, juizes dos tribunais superiores e a criadagem do paço, embarcou em naus concentradas no Tejo (AAVV, 2008: 70). Cerca de 15 mil pessoas, em 34 navios de guerra portugueses, embarcaram para o Brasil no dia 27 de Novembro de 1807.

A 29 de Novembro, os ventos favoráveis permitiram que a esquadra portuguesa formasse sob a protecção dos navios de sua Majestade Britânica, acabando por chegar ao Rio de Janeiro a 22 de Fevereiro de 1808.

A 27 de Novembro de 1807 o príncipe regente parte para o Brasil



PARTIDA DO PRÍNCIPE REGENTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL

1807 27 DE NOVEMBRO DE 1807

O INVASOR EM VILA FRANCA DE XIRA

Enquanto a família real preparava a fuga, as tropas francesas, comandadas por Junot, atravessavam a Espanha em marcha acelerada, debaixo de chuva e vento, violando a fronteira portuguesa no dia 19 de Novembro de 1807.

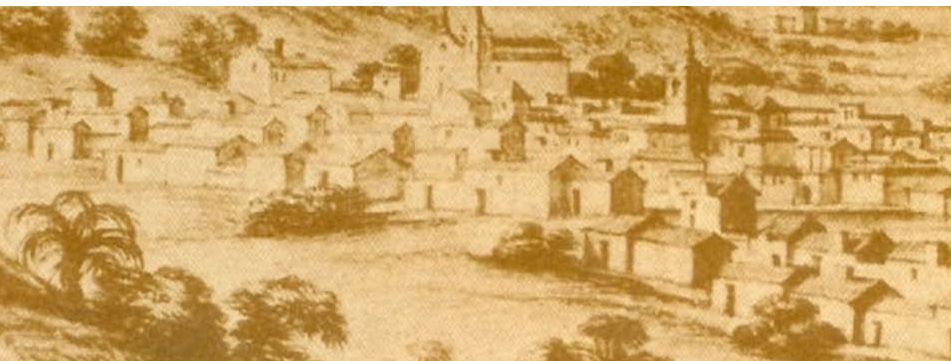
Cansados e famintos, os soldados franceses, que entraram em Portugal pela Baira Baixa, seguiram de Castelo Branco até Abrantes, em busca de provisões. Pelo caminho a coluna do exército francês nunca encontrou resistência militar. Os portugueses cumpriam, assim, as recomendações de D. João VI, antes da fuga, que considerava que a defesa “seria mais nociva que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade”. (AAVV, 2007: 19). A própria Igreja Católica recomendava a colaboração com o invasor. O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José II, chefe supremo da igreja católica portuguesa dizia: “Não temais, amados filhos: lembrai-vos que este exército é de sua Majestade o imperador dos franceses, Napoleão, o Grande, que Deus tem destinado para amparar e proteger a Religião, e fazer a felicidade dos povos.” (AAVV, 2007: 20).

Obedecendo às ordens da Igreja e do Governo, a população de Vila Franca de Xira preparou a recepção do inimigo com “muito pão cozido e carne em abundância nos açougues”. E “os celeiros dos Almojarifados de Alcoelha e Malveira, que eram do Estado, forneceram cereais, e legumes”. (Amaral, 1991: 142).

No dia 30 de Novembro de 1807, as tropas francesas chegaram a Vila Franca de Xira. Decorriam as festas ao Apóstolo Santo André na vila, quando se começou a ouvir o som das caixas francesas do Regimento 70. Comandadas pelo General Labord, não ficaram por aqui muito tempo. Descansaram e depois seguiram marcha em direcção a Lisboa.

Foi só na capital que os ânimos populares se exaltaram pela primeira vez. Aconteceu no dia 13 de Dezembro de 1807, quando no castelo de São Jorge a bandeira portuguesa foi substituída pela bandeira francesa.

Três dias depois da fuga do príncipe, as tropas francesas chegaram a Vila Franca de Xira



PORTUGAL DECLARA GUERRA À FRANÇA



Portugal foi ocupado por 40 mil soldados franceses e espanhóis

À frente de uma força de quase 40 mil homens, 11 mil dos quais espanhóis, Junot ocupa o Alentejo e a região Norte e altera a estrutura organizativa do exército português. Ignorando por completo o Conselho de Regência, ainda no poder, os ocupantes davam ordens, começando por reduzir a eficácia das tropas portuguesas. Os Regimentos de Milícias foram extintos e os seus membros obrigados a entregar as armas. Aplicando o modelo organizativo francês, o comando invasor ordena a dispensa dos soldados com menos de um ano de serviço, ou que fossem casados, e considera muitos outros incapazes.

Em Espanha a situação é ainda pior. Agindo a coberto da aliança estabelecida com Carlos IV, Napoleão ordena a ocupação de Burgos, Valhadolide, Navarra e Vascongadas. Em reacção, povo e burguesia, apercebendo-se da ameaça à independência nacional, acusam o primeiro-ministro Manuel de Godoy, amigo pessoal do rei e amante da rainha Maria Luisa de Parma, de traição, exigindo em Março de 1808, no Palácio de Aranjuez, a sua demissão. Carlos IV não aguenta a pressão e entrega o trono a seu filho, Fernando VII. Mas Napoleão queria mais e obrigou logo depois Fernando VII a abdicar do trono, a favor do seu irmão José Bonaparte, que assim se tornou rei de Espanha.

Revoltados, os madrilenos saem à rua armados, a 2 de Maio de 1808, matando todos os soldados franceses que encontram pelo caminho. A insurreição popular foi fortemente reprimida pelas tropas comandadas por Murat, que ocupavam Madrid e arredores, mas o episódio, conhecido do lado de cá, deu alento aos portugueses, cada vez mais oprimidos pelos invasores. Pressionada, a família real portuguesa responde à hostilidade francesa a partir do Brasil. E a 1 de Maio de 1808 é finalmente publicada a Declaração de Guerra de Portugal à França.

REVOLTAS POPULARES DE BRAGANÇA A OLHÃO

Nos dois meses que se seguiram à declaração de guerra, a insurreição alastra por todo o país. A 6 de Junho ecoa no Porto a revolta, que obriga o general espanhol Bellester a retirar-se com o seu exército para a Galiza, entregando a cidade aos habitantes que aclamaram o príncipe regente. E em Bragança, a 11 de Junho, dá-se um levantamento armado, dirigido pelo Governador de Armas de Trás-os-Montes, general Manuel Gomes de Sepúlveda.

Junot providencia medidas imediatas para reprimir as revoltas, mas já sem sucesso. Ainda a Norte, a 23 de Junho a população de Coimbra pega em armas, expulsando os franceses da Figueira da Foz. E no sul, em Olhão, a revolta começa no dia 16 de Junho, alastrando-se pelo resto do Algarve. No Alentejo a insurreição parte de Vila Viçosa, sublevada no dia 19 de Junho, seguindo-se Évora, a 13 de Julho. Mas esta cidade haveria de ser violentamente atacada e saqueada, dias mais tarde, pelo exército francês.



Em Agosto de 1808 os franceses são vencidos na Batalha da Roliça

Lisboa continuava dominada pelos franceses. Junot, na tentativa de evitar o pior, concentrou ali grande quantidade de tropas. No mês de Agosto de 1808 a guerra, que alastrava um pouco por todo o País, adquiriu uma nova dinâmica. Vindas de Inglaterra, as primeiras forças britânicas mandadas em auxílio de Portugal desembarcaram em Lavos, na Figueira da Foz, sob o comando do general Arthur Wellesley (duque de Wellington).

Junots Baggage and Bones, altho Sir Arthur (whose Valour and skill began so well but ended so ill,) had beaten the French who took the Gold that lay in the City of Lisbon.



A Convenção de Sintra autorizou os derrotados soldados franceses a regressarem a França com o produto das suas rapinas

O confronto com o inimigo francês dá-se no combate da Roliça, em 17 de Agosto, e no Vimeiro, no dia 21 do mesmo mês, acabando os dois com a vitória do exército luso-britânico. Ainda assim os franceses negociaram a sua rendição. Em vez de serem tratados como “prisioneiros de guerra e deportados para o Ultramar” (SERRÃO, 1960: 49), foram autorizados a voltarem a França pela Convenção de Sintra, estabelecida entre os exércitos francês e britânico no dia 30 de Agosto. A viagem fez-se em navios ingleses e os soldados levaram com eles “o produto das suas rapinas, facto insólito que levantou protestos gerais até entre os próprios ingleses”. (SERRÃO, 1960: 49). Torna-se escandalosamente evidente que a Convenção de Sintra não prevenira minimamente os interesses portugueses.

A 30 de Setembro de 1808 o exército português era restabelecido oficialmente. Terminava assim a primeira invasão francesa ao nosso território, mas ainda estavam para chegar mais alguns anos de guerra.

NAPOLEÃO PLANEIA VIR A PORTUGAL

Com a Espanha governada pelo irmão primogénito de Napoleão, José Bonaparte, os espanhóis organizavam-se em guerrilhas contra as tropas francesas, que não paravam de chegar ao território. Vivia-se um ambiente de anarquia. O governo central foi dissolvido e criou-se uma Junta de Resistência em Sevilha. Em resposta, o imperador enviou para a Península, os que considerava os seus melhores generais, Soult, Ney, Mortier e Vitor, que “mantinham grande rivalidade entre si”. (SERRÃO, 1960: 50).

Tendo comandado a primeira campanha a partir de França, Napoleão decidiu na segunda invasão deslocar-se à Península Ibérica, “tendo organizado uma ofensiva em forma.” (SERRÃO, 1960: 50). Com as forças espanholas em fuga, o imperador não teve dificuldade em conquistar Burgos e avançar para Madrid. Na capital espanhola, ganhou o apoio dos liberais, ao abolir a Inquisição e extinguir conventos e outras instituições que se revelavam radicais.

A Inglaterra enviou também mais tropas para Portugal, nomeando o general William Beresford para reorganizar o exército português. Nesse início de 1809, os ingleses, sob o comando de John Moore, deixam a descoberto áreas consideráveis da fronteira, ao deslocarem-se para a Corunha, para combater os franceses que acabaram por os derrotar. Para além da morte do general Moore, o combate permitiu que Soult, o comandante francês, chegasse à fronteira portuguesa pelo Minho, sem encontrar resistência, avançando até à cidade do Porto. Mas aí aguardava-os uma surpresa: as tropas luso-britânicas, comandadas pelo general Wellesley e por William Beresford, vencem a batalha do Douro, e reconquistam a cidade do Porto a 29 de Maio de 1809, expulsando o invasor.

Sorte diferente teve a Espanha. O plano de Wellesley, de avançar em direcção a Madrid, não foi concretizado. E apesar da vitória das tropas aliadas na “violenta e cruenta batalha de Talavera de la Reina” (SERRÃO, 1960: 50), Soult continuou a sua conquista, tomando Ocaña, Gerona e Andaluzia, o que obrigou Wellesley a regressar a Portugal. Encerrado o capítulo da segunda invasão, que não chegou a atingir Lisboa, o País teve pouco mais de um ano de descanso do inimigo francês.

Apesar das tentativas frustradas de Junot e Soult de dominar Portugal, Napoleão não desiste e volta a concentrar todos os seus esforços na conquista do país. Com a vitória alcançada em Wagram, sobre a Áustria, em 1809, e o seu casamento com a princesa Maria Luísa, filha do imperador Francisco II, que resultou na integração austríaca no bloco francês, faltava



No decurso da segunda invasão, Napoleão entrou em Espanha, conquistou Burgos e avançou para Madrid

pouco ao imperador para completar o projecto da Nova Europa que há muito ansiava. A conquista do nosso País continuava a ser para ele um problema. E por isso, mais uma vez, ensaiou a tentativa de estar ele próprio, em pessoa, à frente do exército, determinado a obter a vitória. Mas voltou atrás na decisão e ficou em França, receoso de que Rússia quebrasse a neutralidade. Confiando no prestígio do general Massena, o imperador entregou-lhe o comando das tropas.

A Inglaterra enviou para Portugal o destemido general Beresford, para reorganizar o nosso exército



A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA

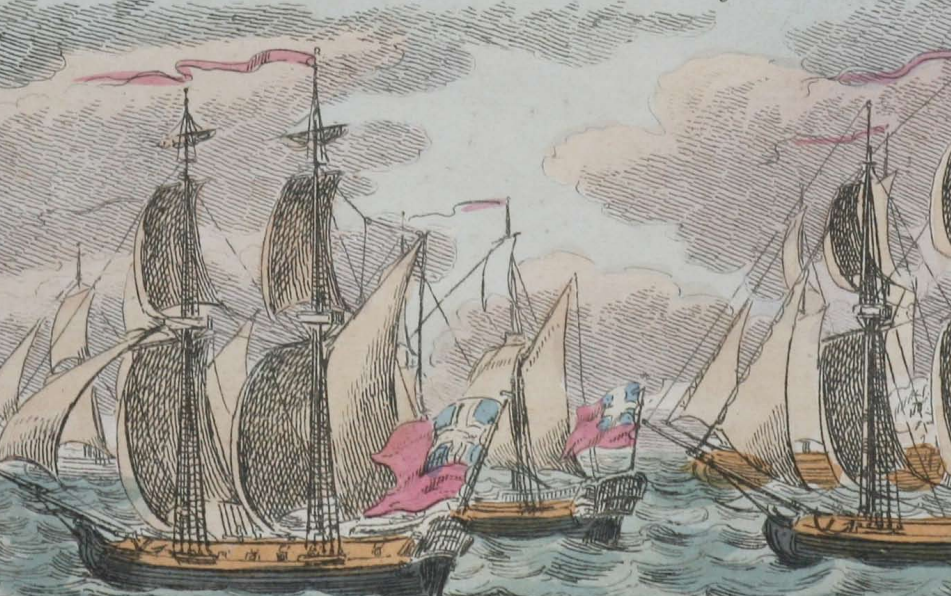
Massena ainda não tinha sofrido qualquer derrota. Tinha até salvo a França na Batalha de Zurique, em 1799. Parecia, por tudo isso, ser o homem certo. E ao seu dispor foram colocados, na preparação do exército, os comandantes Montbrun, Ney, Reynier e Junot, todos eles conhecidos pelos seus feitos.

Ainda hoje se não sabe ao certo o número de efectivos militares que faziam parte do contingente de Massena, já que as fontes divergem a esse propósito. O total das tropas poderá ter chegado a 68 mil homens, "pois o 6.º corpo de Ney tinha 26 000, o 8.º de Junot 21 000 e o 2.º de Reynier à volta de 15 000, enquanto a cavalaria de Montburn atingia 4000 cavaleiros e a artilharia, com os seus efectivos, trazia um grande número de bocas-de-fogo" (SERRÃO, 1983: 76). Sob o comando de Massena, o exército francês estava a postos para a terceira e última invasão, um combate considerado decisivo que acabou por ser o mais curto e menos sangrento. O objectivo principal da campanha napoleónica era a conquista de Lisboa. Mas as formas de lá chegar divergiam entre os generais.

Na estratégia de invasão planeava-se que Reynier e os seus homens, que já tinham integrado a campanha de Soult e por isso conheciam bem o Norte,

Wellington colocou sob vigilância a barra do Tejo

These are the Ships that carried the spoil, that the French had plundered with so much toil, after the convention which nobody owns, that saved Old Juniors Baggots and Bones, altho Sir Arthur (whose Valour & skill began so well but ended so ill) had beaten the French who took the Gold, that lay in the City of Lisbon.



avançassem para Salamanca, para cruzarem a fronteira em Almeida. O 5.º corpo, comandado por Mortier, por sua vez, avançava sobre Badajoz, para a partir daí invadir o Alentejo. Massena, otimista, considerava-se bem informado pelos seus engenheiros, sobre as vias de penetração do País e os acidentes de percurso que iria encontrar.

Em Portugal, os generais ingleses Wellington e Beresford preparavam a defesa nacional, confiantes na organização e renovação do exército do luso-britânico. Wellington colocou sob vigilância a barra do Tejo e mandou prender todos os que fossem a favor do inimigo.

No primeiro dia do mês de Junho de 1810, chegou o alerta sobre a aproximação dos invasores. As ordens agora eram de resistir. Desta vez, o príncipe regente fazia saber, a partir do Brasil, que era imprescindível defender a Religião,



o Trono e a Pátria contra os inimigos de Portugal. Para além de resistirem ao inimigo, os portugueses foram obrigados a abandonarem as suas casas, a destruírem e queimarem bens e culturas. A política de “terra queimada”, determinada por Wellington, não admitia excepções. Quem não cumprisse a medida era considerado traidor. A ideia era fazer com que Massena, ao chegar a Portugal, se deparasse com um país deserto, sem habitantes nem alimentos que pudessem servir ao seu exército, o que resultou numa luta mais longa. A estratégia não foi bem acolhida pelas autoridades, que acusavam o inglês de

No Verão de 1810 a ordem era resistir

permitir o avanço dos franceses até Lisboa, deixando o País desprovido de defesas, mas as ordens eram claras.

O exército francês, sob o comando de Ney, chegou à localidade espanhola de Ciudad Rodrigo no início de Junho. Após um mês de cerco à cidade, que acabou por se render, instalou ali um armazém de mantimentos. Estavam assim reunidas as condições para a conquista de Portugal. Por ser a única grande fortaleza da raia, desde o Douro até ao Tejo, e por permitir a penetração no Mondego, a praça de Almeida foi tomada no dia 15 de Agosto. A notícia foi recebida em Lisboa com grande agitação popular.

Reynier, por seu lado, conquistou entretanto a Guarda, tomando depois Pinhel e garantindo dessa forma a posse do Mondego. Não tendo conhecimento do trajecto adoptado pelo invasor, Wellington não conseguia definir a estratégia. Mas ao ter conhecimento de que Massena optou por Coimbra, ordenou que o exército anglo-luso fixasse ali a primeira resistência. A intenção era atrasar a marcha de Massena sobre Lisboa.

A VITÓRIA DO BUÇACO

A 27 de Setembro de 1810 dá-se, na serra do Buçaco, o primeiro confronto entre os dois exércitos, que se traduziu num desastre para os franceses. Wellington conhecia bem as dificuldades que o terreno colocava ao inimigo e foi mais astuto.

Massena chegara dia 21 a Santa Comba Dão, seguindo em direcção ao sudoeste, num trajecto árduo entre as serras do Caramulo e da Mucela. A cavalaria inglesa retirou-se quase por completo para a serra, fixando-se na retaguarda do flanco esquerdo, controlando assim não apenas a planície mas a estrada de Lisboa ao Porto.

Na madrugada do dia 26, o exército francês lançou dois ataques sobre a esquerda e a direita de Wellington, mas as tentativas de penetração não resultaram.

Wellington atribuiu a vitória à experiência das tropas inglesas e à boa preparação das “tropas novas”, expressão por que eram designados os soldados portugueses. Neste feito destacou-se o marechal Beresford, pela forma como soube disciplinar e preparar o nosso exército.

As tropas portuguesas deram um contributo decisivo para a vitória sobre os franceses na Batalha do Buçaco



POPULAÇÃO DE CACHOEIRAS SAQUEADA

A vitória foi aclamada pelas tropas luso-britânicas em Coimbra, para onde seguiram. Antevendo a chegada do inimigo, Wellington posicionou o seu exército ao sul da cidade. Mesmo assim, na manhã de 30 de Setembro os franceses conseguiram ocupar Coimbra. Furiosos com a derrota sofrida no Buçaco, os invasores fizeram de tudo, durante três dias, matando indiscriminadamente, pilhando palácios, mosteiros e casas, e vandalizaram até a Velha Universidade.

Com a moral de novo elevada, o exército francês seguia a marcha em direcção a Lisboa. Dois corpos expedicionários dirigiram-se para Pombal, e

um outro para Tomar, enquanto o general Montburn seguia para a Figueira da Foz, com um destacamento de cavalaria. Mas esta operação não teve grandes resultados, uma vez que a vila tinha sido evacuada e os armazéns estavam vazios.

Em Condeixa, os franceses tiveram mais sorte: encontraram trigo, cevada e aveia. Seguiram-se Pombal e Leiria, que encontraram deserta. Aljubarrota seria o próximo destino e depois dele Rio Maior. Aí chegado, o general Massena ordenou que a penetração fosse feita em dois sentidos: por Santarém e Alenquer.

Santarém, considerada por Massena o ponto ideal de partida para a conquista da cidade de Lisboa, foi ocupada no dia 6 de Outubro de 1810. Era o entroncamento de caminhos que permitia reunir

as forças da Estremadura e do Ribatejo. E a região era fértil em cereais e vinhos, o que garantia o abastecimento do numeroso exército.



Na passagem pelo Ribatejo os franceses pilharam tudo o que puderam

O general sabia que o caminho pela margem direita do rio era fácil, e pensava que a margem esquerda do Tejo estivesse disponível. O erro de avaliação custou-lhe caro. Massena desconhecia alguns factos importantes, tais como o da impossibilidade de abastecimento de alimentos na zona do Tejo. As autoridades portuguesas tinham ordenado que os cereais e frutos, produzidos entre Chamusca e Samora Correia, fossem transportados para a capital.

Ao avistar uma coluna inimiga em Sobral de Monte Agraço, o exército francês seguiu para Vila Franca de Xira, concentrando-se em frente ao Convento de Santo António (entre as Cachoeiras e a Loja Nova). Mas a região de Vila Franca estava praticamente abandonada, uma vez que a maioria da população tinha já procurado refúgio nas linhas defensivas de Torres Vedras.

Praticando a guerra de usura, os próprios ingleses entornavam as pipas de aguardente, as barricas de carne salgada, e até o bacalhau. Tudo se inutilizava, a fim de não cair no poder dos franceses. Mesmo assim, “a soldadesca francesa, movimentando-se com relativo à vontade, desceu para Cachoeiras, onde saqueou toda a povoação, e marcou com destruição a sua passagem por Povos, Castanheira e Vila Franca”.

Os soldados franceses repartiram entre si o produto dos saques



O DIA EM QUE MASSENA TIROU O CHAPÉU

No dia 12 de Outubro de 1809, quando o exército inimigo foi reconhecer a posição de Alhandra, deparou-se, pela primeira vez, com um conjunto de fortificações que envolviam Lisboa. Dois dias depois uma peça de artilharia disparou do reduto n.º 120, uma única salva, avisando desta forma o general Massena de que não deveria aproximar-se demasiado das linhas. O marechal tirou o chapéu em reconhecimento e retirou-se para fora do alcance do canhão.



Massena foi avisado com uma salva de tiros de canhão de que não deveria avançar

Construído em segredo o sistema militar, designado Linhas de Torres Vedras, impedia, com postos de artilharia no cimo das pequenas elevações, a progressão do inimigo por terra, enquanto a armada inglesa patrulhava o Tejo e a costa atlântica. Com a prática de guerra de usura, Wellington ganhou tempo para pôr em prática um plano já anteriormente delineado, em 1807, pelo major português José Maria das Neves Costa, na 1.ª invasão.

Portugueses e ingleses conseguiram erguer, juntos, o poderoso dispositivo que se baseava em três linhas de fortificação. A primeira que ia de Alhandra a Sobral de Monte Agraço, abrangia Torres Vedras e a foz do rio Sizandro. A segunda, situava-se entre Alverca e a ponte de Santa Iria. E a terceira ao redor de Oeiras.

Massena percebeu o valor das posições defensivas que multiplicavam o potencial do combate anglo-luso e o quanto seria difícil, sem pedir reforço de

meios humanos a França, conquistar a cidade de Lisboa. O general viu-se obrigado a alterar o seu plano de ataque.

QUARTEL-GENERAL EM ALENQUER

As forças de defesa concentravam-se em vários pontos estratégicos: em Abrantes, com o objectivo de defender a zona do Alto Tejo; em Vila Franca, com o quartel-general em Alenquer; e ainda no Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Em Lisboa, por sua vez, preparava-se a defesa do Vale do Tejo.

Foi entretanto instituído um novo governo, composto por D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, diácono da igreja patriarcal de Lisboa; o conde de Redondo, administrador do Erário; e o Doutor Ricardo Raimundo, reitor da Universidade de Coimbra. Governavam com a ajuda do ministro britânico e do general Wellington, apelando à população para que se empenhasse na luta contra o inimigo, com tudo quanto tivessem: dinheiro, cavalos, bens alimentares.

Por outro lado, Portugal e Espanha estabeleciam conversações para a assinatura de uma convenção que traçava um plano de revolta geral da Península Ibérica contra a ocupação francesa.

Milhares de pessoas, da Beira e da Estremadura, deixaram as suas casas procurando refúgio em Lisboa. O governo aconselhava os populares a refugiarem-se nas vilas da margem esquerda do Tejo, que dispunham de melhores meios de subsistência, não perturbando assim ainda mais as condições de vida na capital.

As tropas de defesa concentradas em Vila Franca de Xira tinham o seu quartel-general em Alenquer





Durante três meses, de Novembro de 1810 a Fevereiro de 1811, os dois exércitos defrontaram-se

No dia 13 de Outubro, o governo, ao avaliar a situação, concluiu que o inimigo estava na penúria e que as tropas anglo-lusas ocupavam posições a partir das quais o poderiam derrotar. Ainda assim, alertava para a possibilidade de os franceses chegarem perto da capital, pelo que se tornava necessário guardar em local seguro os valores da coroa, documentos do Real Arquivo e depósitos de munições.

Durante três meses, de Novembro de 1810 a Fevereiro de 1811, os dois exércitos defrontaram-se. A partir do seu quartel-general em Santarém, Massena procurava condições favoráveis a um avanço sobre as tropas defensivas acantonadas no Cartaxo, sem resultados. Encontrava-se num dilema: se avançasse pela margem esquerda do Tejo, seria travado em Benavente, onde os aliados protegiam a foz do Tejo; se tentasse o interior da Estremadura, jamais conseguia ultrapassar as fortificações de Torres Vedras.

O INIMIGO CERCADO EM SANTARÉM

Massena não deu ouvidos ao seu coronel Pelet, que se propunha estabelecer vários pontos de apoio no Tejo, na tentativa de ocupar o Alentejo, onde conseguiria bens alimentares e avaliaria a possibilidade de abrir um novo caminho para Lisboa, com um reforço de artilharia.

A guerra de desgaste sofrida por Massena abalou muitos dos seus oficiais e soldados, abatidos sob as duras consequências das privações. Muitos dos soldados andavam descalços e os animais não dispunham de forragens, situações que estimulavam neles a vontade de abandonar as fileiras e sobreviver por conta própria.

Só nos últimos dias de Dezembro de 1810, Massena recebeu no vale do Mondego os reforços anteriormente pedidos. Wellington optou por permanecer no quartel-general do Cartaxo, não se envolvendo nos combates. A atitude foi mal aceite por muitos ingleses e portugueses, que argumentavam que a guerra de usura não garantia o futuro do País.

No início de 1811 a posição de Massena, no eixo entre Torres Novas a Santarém, tornou-se mais difícil. Lutava-se com falta de carne e víveres, não havendo calçado nem fardas para os soldados. A rigidez do Inverno não ajudava e muitos soldados encontravam-se já doentes e sem medicamentos para se tratarem.

Enquanto aguardava a chegada de Soult, que operava na Andaluzia, pelo Alentejo, Massena ordenou a construção de embarcações junto ao Zêzere, na tentativa de romper a linha do Tejo. Mas Wellington estava atento. Com a ajuda dos reforços que chegavam de Inglaterra e os desertores franceses, apertou o cerco a Santarém.

Na tentativa de enganar o chefe do exército inglês, Massena fazia constantes movimentos de tropas, sem sucesso. As comunicações estavam praticamente cortadas e os dois mil a três mil homens chegados de Paris de pouco lhe valeram.



Hábil, Wellington usou os próprios desertores franceses para cercar o invasor em Santarém

A PRIMEIRA GRANDE DERROTA DE NAPOLEÃO

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1811, Massena reuniu o Estado-Maior em Torres Novas, para tomar uma decisão. E um mês depois era anunciada a saída do exército francês de Santarém, não sem antes as tropas lançarem fogo às principais moradias e semear por todo o lado miséria e pavor. Nos hospitais de Santarém ficaram abandonados milhares de doentes franceses.

A retirada do inimigo de Portugal foi perseguida, na retaguarda, até à fronteira, pelas tropas anglo-lusas, com escaramuças na Estremadura e no Alentejo. Outra sorte teve a Espanha, onde os confrontos entre as forças aliadas e os invasores continuaram até à Primavera de 1814.

Portugal saiu vitorioso do conflito, mas o País ficou de rastos no rescaldo das três invasões. Eram incontáveis as mortes, roubos e incêndios provocados pelo inimigo. Com uma população de 3,2 milhões de habitantes, Portugal sofreu cerca de 300 mil mortos. “As perdas e destruição materiais foram enormes e a economia portuguesa levou alguns anos para se recompor” (AAVV; 2007: 73), Apelava-se à ajuda de todos, para repor a normalidade da vida do País. De Inglaterra



Wellington é o grande herói da vitória sobre os franceses

chegou auxílio em géneros e em dinheiro, que o Governo distribuiu pelas povoações mais carenciadas.

Neste feito duas personalidades foram reconhecidas: Wellington e Beresford. O primeiro pelo seu valor militar, que conseguiu sobrepor-se



Napoleão sofreu em Portugal a sua primeira grande derrota

aos planos inimigos; e o segundo pela disciplina e organização impostas às forças portuguesas. Graças ao espírito de coesão existente, as tropas das duas nações conseguiram atingir um objectivo comum. Mas, como é consensual entre os historiadores, o mérito pertenceu a todo o povo, cuja lealdade, patriotismo e persistência se impuseram, no meio de um imenso sofrimento.

A vitória obtida em 1811 pelo exército luso-britânico nas Linhas Defensivas de Torres Vedras, foi a primeira das derrotas sofridas pelas tropas napoleónicas, que haveria de desencadear mais tarde a queda do imperador francês. Acabava assim um importante capítulo da história da Europa.



PARTE II

Tipologia de construção das fortificações



OITENTA QUILÓMETROS DE EXTENSÃO

As Linhas de Torres Vedras são uma das mais eficientes obras de defesa militar da História e desempenharam um papel essencial no virar da página da carreira vitoriosa de Napoleão Bonaparte na Europa.

Com mais de 80 quilómetros de extensão, este conjunto de fortificações constituíam postos de artilharia, erguidos no cimo das elevações da região do Baixo Tejo, que impediram o acesso das tropas francesas a Lisboa, na 3.^a invasão a Portugal. Os invasores franceses só se terão dado conta desta barreira defensiva, construída em segredo, quando se encontraram frente a ela. E isso foi determinante para a primeira derrota sofrida pelo festejado “filho querido da vitória”, o marechal Massena.

Construídas num curto espaço de tempo, com o inimigo à vista, as Linhas de Torres Vedras foram iniciadas a 3 de Outubro de 1809. Onze meses depois, 108 estruturas estavam prontas para apoiar o combate. Terminada a guerra, o sistema continuou a ser aperfeiçoado, sendo dado por concluído só em 1812. Somaram “152 obras com 534 peças de artilharia e uma guarnição de cerca de 34.125 homens”. (AAVV, 1994:71)

Fortes, redutos e baterias constituem as quatro linhas deste sistema militar, que adoptou o nome de Torres Vedras porque esta era essa “a povoação mais significativa na época em que elas foram realizadas, tendo esta designação entrado na linguagem corrente”. (AAVV, 2001:127)

Para a ligação dos fortes construíram-se, do Tejo até ao mar, várias estradas militares, aproveitando, por vezes, caminhos já existentes, que protegiam o reverso das linhas e serviam para as tropas se movimentarem. As comunicações entre os militares eram asseguradas por um sistema de semáforos e postos de sinais, utilizados pela Marinha de Guerra Inglesa, através dos quais era possível transmitir uma mensagem em sete minutos. Eram colocados mastros nos locais mais elevados, atravessados por uma barra de onde estavam suspensas sete bolas negras, a diferentes alturas, tornando-se visíveis através de telescópio. Até alguns moinhos de vento existentes na região foram transformados em redutos.



As Linhas de Torres impediram o acesso dos invasores a Lisboa

As baterias constituíam, com os fortes e os redutos, um pilar essencial do sistema de defesa militar



A IMPORTÂNCIA DOS MAPAS MILITARES PORTUGUESES

As Linhas de Torres Vedras resultaram de uma directiva de Wellington, chefe do exército anglo-luso, que nunca imaginou que elas viriam a assumir a importância que tiveram. Novos documentos revelam que o contributo português, para a concepção e construção das Linhas, foi maior do que inicialmente se pensava (AAVV, 2008: 84).

No Outono de 1809, após a derrota dos franceses na 2.^a campanha a Portugal, Lord Wellington, prevendo uma eventual invasão, preparou a sua estratégia militar. O general inglês tinha consciência que o seu exército, mesmo contando com as forças portuguesas, não era suficiente para enfrentar os franceses. Isso obrigou-o a repensar a sua acção militar e logística e ensaiar outras formas de reduzir a capacidade militar do inimigo. Do seu plano passou assim a fazer parte a ideia do major José Maria das Neves Costa, de se construir uma linha defensiva a norte da capital portuguesa.

Com a ajuda do tenente-coronel Richard Fletcher, o seu engenheiro principal, e de generais britânicos e portugueses, Wellington fez um reconhecimento exaustivo dos terrenos, baseado nos vários mapas traçados pelo português Neves Costa. O capitão engenheiro Manuel José Dias Cardoso defende, na época, que “do ponto de vista militar, a força de uma Nação divide-se em duas partes: uma activa e outra passiva. Na primeira compreende-se o Exército e a segunda engloba as praças de guerra, os fortes, as fortificações passageiras, os rios, as vantagens que oferecem a geografia do País” (CARDOSO, 1823: 4).

No Memorando de Wellington, datado de 21 de Outubro de 1809, constavam as directivas que Fletcher devia pôr em marcha. Lisboa devia ser cercada por quatro linhas fortificadas, com fortes estrategicamente posicionados no topo das colinas, aproveitando assim os obstáculos naturais do terreno. Fletcher deparava-se com um problema, para levar avante a directiva do seu general: precisava de mais homens. Como grande parte dos militares se encontrava em posição defensiva, na fronteira, recorreu-se à mão-de-obra dos camponeses portugueses que viviam nas vilas e aldeias perto das zonas a fortificar. Esta mobilização permitiu que se reunissem as condições para a construção das Linhas de Torres Vedras.



Richard Fletcher



Os mapas traçados pelo major Neves Costa foram determinantes ao estabelecimento da logística

PARTICIPAÇÃO DE 140 ENGENHEIROS PORTUGUESES

Com uma extensão de 46 quilómetros, a primeira linha liga a margem do rio Tejo, em Alhandra, à foz do rio Sizandro, em Torres Vedras, passando por Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço. Com o objectivo de reforçar as posições elevadas, prepararam-se mecanismos para inundar os terrenos junto ao Tejo, dificultando desta forma a travessia do rio e a progressão por estrada. Nas zonas laterais das Linhas posicionavam-se esquadrilhas de navios ingleses, que funcionavam como uma espécie de baterias flutuantes.

A segunda linha, situada a 13 quilómetros da anterior, tinha uma extensão de cerca de 40 quilómetros. Estendia-se da Póvoa de Santa Iria até Ribamar, passando por Bucelas e Mafra.

Entre Paço de Arcos e a Torre da Junqueira, 40 quilómetros a sul da 2.^a Linha, foi construída a terceira linha defensiva, com uma extensão de três quilómetros. Aproveitando algumas fortificações já existentes, e com a construção de alguns redutos, Wellington pretendia reforçar a defesa à volta do Forte de São Julião da Barra, de onde embarcaria o exército britânico em caso de necessidade.

Na margem Sul do Tejo, entre Mutela, junto a Cacilhas, e o alto da Raposeira, na Trafaria, foi criada a quarta linha. Com uma extensão de cerca de sete quilómetros e meio, esta linha pretendia impedir uma invasão vinda do Sul.



Wellington percebeu de imediato que a defesa à volta de São Julião da Barra era vital

A estratégia de Wellington permitia simultaneamente o controlo dos caminhos para a capital, e uma comunicação aberta com o mar, na eventualidade das tropas militares serem obrigadas a uma retirada.

Utilizando essencialmente terra e pedra, a construção das fortificações implicava escavar fossos, transportar terras (em cestos ou em carros de mão) e fazer os parapeitos de tiro. Estas eram as principais tarefas dos camponeses portugueses que, apesar de serem pagos pelo seu trabalho, eram obrigados a trabalhar, mesmo que não quisessem.

Por norma as equipas de mão-de-obra eram constituídas por 1.000 a 1.500 homens. Nos três anos que a construção das linhas durou trabalharam ali 20 mil pessoas.

Edificado em segredo, o sistema só era conhecido do Estado-Maior inglês, que escolhia jovens capitães que não sabiam falar português para dirigirem os grupos de trabalhadores. Ao todo eram 18 oficiais, apoiados por 150 sargentos ingleses. Mas segundo Francisco de Sousa Lobo, 140 engenheiros militares portugueses estiveram envolvidos nesta empreitada. O segredo em que foram construídas estradas, redutos de peças de artilharia e o sistema de comunicações telegráficas contribuiu bastante para o sucesso do sistema defensivo Linhas de Defesa de Torres Vedras. Nem Massena nem o Governo francês tiveram conhecimento disso. O Governo britânico, ele próprio, a grande maioria dos oficiais do seu exército e até o ministro britânico em Lisboa foram mantidos na ignorância. Mas o sigilo não explica tudo. Vários outros factores contribuíram para a eficácia obtida. Desde logo, o facto de as linhas de fortes estarem munidas de peças de artilharia, que permitiam disparar sobre o inimigo que se aproximasse, quer pelas estradas, quer pelos desfiladeiros. Depois, as estradas militares, construídas para ligar as fortificações entre si, permitiam a deslocação rápida das tropas no interior das linhas. Em terceiro lugar, o sistema de comunicações telegráficas, semelhante ao da marinha inglesa, possibilitava a transmissão rápida de mensagens entre as duas primeiras linhas. E, por último, a aplicação da política da “terra queimada” e a “desertificação” a Norte das Linhas.

LINHAS PROTEGIAM O VALOR MAIS IMPORTANTE: LISBOA

Garantir o poder real, defendendo a capital na linha de fronteira, foi sempre uma prioridade nos conflitos seculares travados em Portugal na luta pela independência. Não era novidade para o chefe do exército inglês, Wellington, que uma eventual vitória dos franceses passaria inevitavelmente pela conquista de Lisboa. O afrancesado Marquês de Alorna dizia mesmo: "lorqu'on aura Lisbonne, on aura tout le Portugal" (SERRÃO, 1983: 77).

A fuga da família real e da corte portuguesa para o Brasil mudou tudo. Consumada a deserção, a defesa do trono, enquanto símbolo do poder, tornou-se secundária para os resistentes. O símbolo, agora, já não era o rei mas Lisboa. Importante mesmo era a defesa da capital, que protegia o País do inimigo e serviria, em caso de insucesso, para a retirada dos ingleses. Wellington receava não ter exército suficiente para enfrentar directamente os franceses. Multiplicar o seu potencial de combate era a solução mais viável. E essa estratégia passava pela fortificação, um sistema usado há muitos séculos por vários exércitos.

As vantagens favoráveis do terreno, desigual e interrompido, as suas características hidrográficas e o traçado das estradas de Lisboa reuniam as condições ideais para tornar as Linhas de Torres Vedras um sistema defensivo de sucesso. (CARDOSO, 1823:27).

Lisboa na época das Invasões Francesas



O TRIÂNGULO ESTRATÉGICO DO TEJO AO ATLÂNTICO

Pela observação do terreno de Lisboa, Wellington percebeu que a primeira prioridade da estratégia defensiva era travar o avanço do inimigo nas estradas de acesso, em toda a área de retaguarda das Linhas. O local, ali, era perfeito. Nenhum sítio importante da Península de Lisboa se situava a mais de 20 quilómetros do mar e as linhas de água, que atravessavam o terreno, constituíam um obstáculo à progressão do inimigo.

Os locais da construção já tinham sido anteriormente indicados nos relatórios sobre a defesa de Lisboa, elaborados por engenheiros portugueses. Quando Wellington chegou a Portugal, em 22 de Abril de 1809, começou a ser construída a primeira linha de defesa, periférica, que com as duas que se lhe seguiram cortava os acessos a Lisboa, entre o Tejo e o Oceano.

As duas primeiras linhas dividiam em diagonal o território de Vila Franca de Xira e a terceira, iniciada no Forte de S. João das Maias, em Lisboa, prosseguia

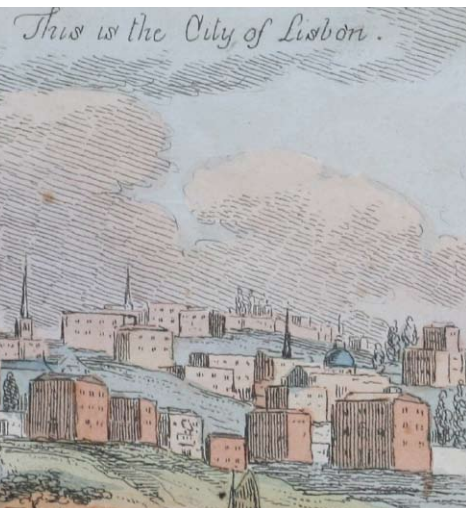
até à Fortaleza de S. Julião da Barra, em Oeiras. A disposição completava o terceiro lado de um triângulo, composto nos outros dois pelo Oceano Atlântico e pelo Tejo, que protegia no seu interior Lisboa, tornando o acesso muito difícil, quase impossível.

Com Lisboa em segurança, o exército defensor tinha a retaguarda livre, podendo, sempre que as circunstâncias lho permitissem, passar da estratégia defensiva à ofensiva. Ao invasor restavam poucas alternativas, sendo-lhe impossível seguir outra estrada.

Para poder fazer isso e atacar precisaria de forças de que não dispunha (CARDOSO, 1823:28).

Lisboa constituía assim para os franceses um campo de batalha

muito limitado, oferecendo a portugueses e ingleses a possibilidade de retirarem, se disso tivessem necessidade, embarcando em local seguro. A resistência luso-britânica, associada ao sucesso das Linhas Defensivas de Torres, marcava o início do retrocesso das conquistas de Napoleão.



Impedir o inimigo de chegar a Lisboa era a prioridade das prioridades

A CONFIGURAÇÃO DIAGONAL

Na construção das estruturas militares das Linhas de Torres, os engenheiros ingleses optaram inicialmente pelo formato da estrela de seis pontas. O modelo, famoso na arquitectura militar do século XVIII, era utilizado tanto na fortificação permanente como na passageira. Dos redutos, assim construídos, era possível fazer fogo frontal e enviesado ao mesmo tempo, a partir de qualquer ponto do parapeito. Mas a técnica “revelou-se a breve trecho muito inconveniente, porque para além de limitar muito o espaço livre interior não era recomendada para tropas pouco treinadas que, na precipitação da execução do tiro flanqueado, podiam alvejar os seus camaradas” (AAVV, 2008: 94). E as agudas pontas, saídas dos parapeitos em estrela, desmoronavam-se com facilidade. Tudo ponderado, optou-se por uma configuração diagonal, adaptada ao terreno e às condições das tropas.

Os redutos eram quase todos de pequena dimensão, projectados como obras independentes umas das outras. Apesar disso, no seu interior movimentavam-se entre 200 a 300 homens e chegavam a caber seis peças de artilharia. Era o que bastava para assegurar a função defensiva e impedir a passagem do inimigo nos troços de estrada e na entrada dos desfiladeiros. Se avançassem no terreno, os franceses sujeitavam-se a fogos cruzados, que dificultavam reparações de pontes e diques.

Construídos em cantaria, os redutos tinham a protegê-los um fosso, com a dimensão de quatro metros e meio e a profundidade de três metros. As paredes laterais tinham sido levantadas com 60 centímetros de espessura e eram fortalecidas com sacos de terra. A crista do parapeito situava-se metro e meio acima da crista da contra-escarpa, e a espessura dos parapeitos podia atingir os três metros e meio.

**A configuração diagonal dos fortes
revelou-se a mais adaptada ao terreno**



SACOS DE TERRA, PEDRAS E ENTULHO DE LENHA

No início da construção, os redutos eram revestidos interiormente com sacos de terra e faxinagem, uma espécie de entulho, constituído por ramos, paus e varas flexíveis. Com o apodrecimento dos sacos, determinado pelo tempo, optou-se no Inverno seguinte por um revestimento feito exclusivamente com os ramos mais grossos da faxina. Os fossos, por sua vez, eram forrados com muros de pedra. E em alguns casos utilizaram-se sacos de pedra para suportar as terras nas encostas.

Cada reduto dispunha de um depósito de ferramentas, água potável (quatro litros e meio por cabeça) e um número de paióis que variava em função do número de peças de artilharia que abrigava. Esses paióis eram enterrados no subsolo, de forma a evitar que a parte superior pudesse ser atingida directamente pelo fogo inimigo, e cobertos com tábuas e fortes pranchas de madeira. Em cima dessas tábuas assentava uma camada de sacos de terra com 60 centímetros de espessura.

As pedras e os ramos mais grossos da faxina sustentavam a construção



O MONUMENTO COMEMORATIVO DAS LINHAS DE TORRES

No alto de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira, de *olhos postos* no Tejo, ergue-se o Monumento Comemorativo das Linhas de Torres, comumente designado por Monumento a Hércules. É no extremo sudeste da Serra de São Lourenço, um sítio denominado pelo povo, por razões óbvias, como o Alto do Boneco.

O monumento é um marco na paisagem vila-franquense, que ressalta aos olhos dos visitantes, destacado e isolado por árvores. O terreiro, circular, é definido e delimitado por plintos, alternados com a estrutura metálica tubular. Foi erguido no local onde existiu uma das primeiras obras militares do arranque da 1ª linha – a obra n.º 3 –, junto ao rio Tejo: o Forte da Boa Vista. Hoje faz parte do roteiro do Primeiro Percurso Pedestre, delineado na 1ª Linha de Torres pelo Município de Vila Franca de Xira. Para além do seu valor histórico e patrimonial, oferece uma visão panorâmica extraordinária sobre as lezírias, o Tejo, a vila de Alhandra e a área industrial envolvente.

A dois passos de Lisboa, este monumento é um excelente miradouro. Ao lado existe uma zona de lazer, com árvores, mesas e bancos. É um convite implícito aos amantes dos piqueniques e ao descanso dos apaixonados pela natureza e pela História que se aventuraram no percurso pedestre.

Mandada construir pelo Marquês Sá da Bandeira, a escultura – datada de 1877 – é da autoria de Simões de Almeida¹, artista de finais do século XIX, que recebeu pelo trabalho a quantia de 1.000\$00. A obra foi concluída seis anos depois, em 1883.

Célebre pela sua força, o grego Hércules, filho de Júpiter e Alcmena, é representado no monumento por três dos seus mais conhecidos atributos: a barba, a pele do leão e a clava. O fuste da coluna em que assenta foi feito a partir de uma peça de mármore de Pêro Pinheiro.

O monumento celebra a vitória das tropas anglo-lusas sobre os exércitos napoleónicos e a construção das Linhas, corolários da resistência tenaz dos exércitos aliados à invasão, que assegurou a independência da Península Ibérica.

Com metro e meio de altura, a estátua assenta numa gigantesca coluna de fuste liso de sete metros e noventa e cinco, com capitel dórico. É feita

¹ Simões de Almeida foi um menino-prodígio, que aos 12 anos ingressou na Academia de Belas-Artes de Lisboa, onde mais tarde veio a ser professor e director. Conhecido além-fronteiras, participou na Exposição Internacional de Madrid, em 1871, e na Exposição Universal de Paris de 1878. Presença assídua nos salões da Promotora, do Grémio Artístico e na Sociedade Nacional de Belas-Artes, morreu em Lisboa em 1926, com 82 anos, deixando no concelho de Vila Franca de Xira uma marca de excelência.



O monumento a Hércules, no Alto de Alhandra, celebra a resistência dos portugueses e a vitória das tropas aliadas sobre os invasores franceses

construção das Linhas de Torres Vedras". Assinam os oficiais da Arma de Engenharia do Exército Português. Por lapso, na placa de homenagem foi colocada, enquanto sigla do nome próprio, a letra J, sendo certo que o nome verdadeiro deste oficial era Richard.

em cantaria de calcário, o já referido mármore branco de Pêro Pinheiro e ferro. Dos lados Este e Oeste figuram duas placas, uma dedicada à memória do oficial do corpo de engenharia, J.M. das Neves Costa, datada de 5-III-1911; e outra evocativa do tenente-coronel Richard Fletcher.

Na primeira está escrito: *"À memória de J.M. das Neves Costa, oficial do Real Corpo de Engenharia, a cuja iniciativa e persistentes esforços se devem os estudos fundamentais do terreno em que foram levantadas as Linhas de Torres Vedras"*. Assinam a homenagem os oficiais da Arma de Engenharia do Exército Português.

A segunda placa contém a seguinte descrição: *"À memória de J. Fletcher, Tenente Coronel de Engenharia do Exército Inglês, a cuja competência e incansável actividade se deve a rápida*

AS INTERVENÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira promoveu e realizou, ao longo dos anos, várias intervenções no monumento. A primeira de que há registo data de 1948, ano em que foi feito o levantamento e transporte das antigas peças de artilharia, que serviam de vedação à estrada de acesso ao monumento. Seis anos mais tarde, a autarquia iniciou um processo continuado de protecção, que se prolongou até 1958: primeiro, obras de conservação e beneficiação geral; depois a instalação de um pára-raios no monumento; e por último, um conjunto de reparações consideradas urgentes.

Em 1960 a autarquia voltou a intervir, desta vez reparando a coluna, que se encontrava fendida em quatro partes, e mais recentemente (Novembro e Dezembro de 2008), o monumento voltou a ser recuperado.

Esta última intervenção realizou-se já no âmbito do projecto Rota Históricas das Linhas de Torres, financiado pela EEA-Grants, Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, Ocupou-se dos trabalhos o Instituto Ibérico do Património, empresa de conservação e restauro que procedeu à limpeza, consolidação e protecção da estrutura. Em Fevereiro de

2009 foram colocadas as letras em latão que se encontravam em falta, em duas faces da base do monumento, com a legenda: “Erigido em 1883” e “Non Ultra Linhas de Torres Vedras”.



Desde 1948 que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira protege o monumento das Linhas de Torres



PARTE III

Rota Histórica das Linhas de Torres



AS FORTIFICAÇÕES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Ainda existem, em condições de poderem ser apreciadas por todos, em diversos pontos do Concelho de Vila Franca de Xira, fortificações das Linhas Defensivas de Torres Vedras, construídas entre 1809 e 1812 para travar a 3.^a Invasão Francesa. Das 35 obras militares que compunham as primeira e segunda Linhas vila-franquenses, 24 sobreviveram até aos dias de hoje. A contagem foi feita no decorrer de um rastreio desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila de Xira, que terminou em Dezembro de 2002, no âmbito do Programa para a Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres.

O levantamento exaustivo, realizado no terreno, identificou todos os fortes, redutos, e grande parte dos caminhos militares existentes na região. E conduziu à agradável descoberta de que algumas das edificações militares que se julgavam desaparecidas estavam, afinal, apenas escondidas, tapadas pela vegetação. O estudo permitiu ainda concluir, por outro lado, que cerca de metade deste património militar é propriedade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nalguns casos partilhada com o Estado. A parte restante – concluíram ainda os especialistas – está na posse de particulares.

Das 35 obras militares que compunham as Linhas vila-franquenses, 24 podem ainda ser apreciadas hoje



MAIORIA EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Erguidas entre 1809 e 1812, as construções militares estão agora a ser recuperadas para o turismo e para preservação daquele património. Todas sofreram os efeitos do tempo e algumas correm o risco de desaparecerem se não forem tomadas medidas. A proximidade de urbanizações, pedreiras e estradas faz crescer a preocupação. Mas a verdade é que, apesar de tudo isso, a maioria está relativamente bem conservada.

O projecto Rota Histórica das Linhas de Torres dá corpo à iniciativa de recuperação, que une os municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira, conscientes de que este património é hoje uma referência da arquitectura militar da Europa. As Comemorações do Bicentenário da construção criam as condições propícias, desencadeando acções intermunicipais.

As construções que resistiram ao tempo, em Vila Franca de Xira, distribuem-se por seis freguesias: Alhandra, São João dos Montes, Alverca e Calhandriz (da 1.^a linha); e Forte da Casa e Vialonga (da 2.^a linha). Grande parte delas está situada em zonas rurais.

Da 1.^a Linha, que inicialmente era formada por 23 fortificações militares, restam hoje 14. Uma delas, o Forte da Boa Vista, em Alhandra, foi profundamente alterado, dando lugar ao Monumento a Hércules, comemorativo da vitória do exército luso-britânico sobre as tropas napoleónicas. A documentação guardada no Arquivo Histórico Militar, referente a este monumento, prova que quando foi mandado construir pelo marquês de Sá da Bandeira já o Forte da Boa Vista tinha sido destruído ou, pelo menos, já não eram visíveis quaisquer vestígios dele.

Em bom estado de conservação estão o Reduto 2.^o de Subserra, o Reduto Novo da Serra do Formoso, o Forte 1.^o da Subserra e a Bateria Nova de Subserra que, juntos, constituem o património militar da freguesia S. João dos Montes.

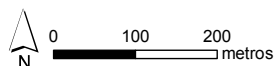
Em Alverca podem ser apreciados os Redutos de Chão da Oliveira, Casal da Entrega e Samadas e o Forte dos Sinais, todos em bom estado de conservação. Contrariamente a estes, a Bateria dos Melros, situada na mesma freguesia, apresenta agora grandes sinais de destruição.

A freguesia de Calhandriz ainda conserva em razoável estado o Reduto Novo da Costa da Freira, o Reduto da Serra do Formoso e os Fortes 1.^o e 2.^o da Calhandriz. Apenas o Forte 3.^o da Calhandriz se encontra em ruínas.

O reduto que deu nome à freguesia de Forte da Casa, localizado no interior da actual povoação, está protegido pela muralha. Sofreu profundas alterações, por causa de um aterro existente no interior.



- Forte da Portela Grande
- Forte da Portela Pequena



Situado a Norte desta freguesia, o Reduto do Reentrante está em razoável estado de conservação. Já os Fortes da Quintela Pequena e Quintela Grande estão em ruínas.

Três das doze edificações militares que inicialmente constituíam a 2.^a Linha foram destruídas mas, apesar disso, Vialonga é a freguesia do Concelho de Vila Franca de Xira onde se concentra ainda hoje o maior número de fortes, São cinco. Situado na Serra da Aguieira, o forte com o mesmo nome tem acesso a partir da estrada que liga Alverca a Bucelas.

Ocupado na época por 350 soldados e 12 peças de artilharia, o Forte da Aguieira ainda mantém o paiol. É ladeado pelos Fortes da Portela Grande e Portela Pequena, que também estão bem conservados.

Os Fortes do Cabo e da Boca da Lapa, também na freguesia de Vialonga, necessitam de grande intervenção.

UM OBSERVATÓRIO PRIVILEGIADO DA PAISAGEM

A preservação das Linhas já era motivo de preocupação em 1823, quando o capitão engenheiro Dias Cardoso alerta o Inspector das Fortificações do Reino (ob. cit.) para a possibilidade de elas poderem ainda um dia vir a ser “a salvação da Capital, e da Nação Inteira”. Hoje, a ideia é criar uma rota turístico-cultural, comum aos seis municípios que as acolhem. O objectivo é proporcionar às populações e à comunidade científica o usufruto deste património. Com 276 acções previstas nos seis municípios, o projecto é subsidiado pela Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.

Para a concretização dos objectivos do programa, que deverá estar concluído em 2011, foram criadas várias unidades de trabalho, com responsabilidade partilhada. A Vila Franca de Xira cabe a coordenação das edições, estando prevista a publicação de uma Monografia e um Guia da Rota Histórica. No plano nacional, o projecto conta com o apoio do Exército e a ajuda de várias entidades públicas civis. A Academia Portuguesa de História, por exemplo, assegura apoio científico ao nível dos estudos que irão ser publicados na Monografia Geral.

A Rota Histórica vai criar em Vila Franca de Xira o Centro Interpretativo do Forte da Casa e o Observatório de Paisagem da Serra do Formoso, duas inovações importantes. Vários fortes, da 1.ª e da 2.ª linha defensiva serão recuperados, para depois serem musealizados e integrados em circuitos de visita.

O Monumento a Hércules, em Alhandra, beneficiou já de uma intervenção, na área da repavimentação e nivelamento da sua plataforma. E a zona de lazer vai ser requalificada, o mesmo estando previsto para os espaços onde se localizam as obras militares.

O projecto tem uma forte componente cultural, vocacionado para dar a conhecer o património do Concelho e explicar este capítulo conturbado da História. A ideia é retirar fundamento à *boutade* de Montesquieu, que no século XVII dizia (cf. Dionísio Sant’Anna, ob. cit.:1924): “Os portugueses, que descobriram o mundo, desconhecem a terra em que nasceram”.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira assume aqui uma aposta no desenvolvimento do turismo concelhio, a pensar nos turistas portugueses e estrangeiros, tendo em conta que estes monumentos fazem parte da História da Europa.

As fortificações, situadas numa posição geográfica privilegiada, permitem contemplar uma paisagem rural e natural às portas de Lisboa. Na Serra do Formoso, no início da 1.ª Linha de fortificações, onde o exército francês se apercebeu pela primeira vez da dificuldade de ultrapassar as linhas



O projecto Rota Histórica das Linhas de Torres é um passo determinante para a recuperação, para fins turísticos, das fortificações

defensivas, será demarcado um Observatório de Paisagem com percursos e caminhos pedestres. A intervenção prevê a instalação de escadas de madeira, o nivelamento e pavimentação de caminhos, a criação de espaços de estacionamento e a plantação de árvores e arbustos.

O percurso terá sinalética, informação sobre o monumento, a relação estratégica do Tejo com as Linhas de Torres Vedras e a movimentação das tropas durante a invasão. No local será colocada uma estrutura de apoio aos guias e visitantes, com informação sobre a Rota, e o espaço será integrado nos itinerários turísticos e patrimoniais.

TUDO O QUE O OBSERVADOR PRECISA PARA COMPREENDER

Situado nesta zona, o Monumento das Linhas de Torres será explicado pelos painéis expositivos que aí serão instalados, que darão a conhecer a importância do monumento e ajudarão a perceber a posição estratégica das obras militares de Vila Franca de Xira. Esses painéis temáticos vão ainda explicar a relação estratégica do Tejo com o arranque das Linhas de Torres.

O 1.º Forte de Suberra e a sua Bateria Nova, que faziam parte da primeira linha defensiva, vão ser reabilitados e servir de ponto de partida para um percurso pedestre, que irá acompanhar os caminhos militares construídos. O trajecto facilitará a compreensão das situações precárias de vida dos resistentes e das populações desalojadas, num raio de 30 quilómetros para Norte da 1ª linha. A paisagem envolvente da zona calcária, rural e natural, cria uma moldura magnífica. E a sinalética facilitará a vida aos mais curiosos, que poderão ainda conhecer e explorar aspectos da fauna, litologia e geologia da região.

Ao nível da 2.ª Linha, na Serra da Albuera (Forte da Casa), próximo do Tejo e da antiga Estrada Real, local da obra militar nº 38, vai ser criado um Centro Interpretativo. Aos visitantes será dada a possibilidade de conhecerem em pormenor o Forte que deu o nome à freguesia, hoje uma das mais populosas do concelho.

No Centro Interpretativo do Forte da Casa vai ser possível compreender o impacto das invasões e da construção das linhas na população e no património concelhios. Será igualmente dada a conhecer a relação estratégica daquela construção com as outras obras militares da zona envolvente. É que, embora as tropas napoleónicas não tenham chegado a ultrapassar a estrutura militar, foi fundamental na estratégia aplicada impedir o acesso a Lisboa.

Situado numa área urbana, que até meados do século XX era rural, este centro interpretativo vai aproveitar a proximidade com o Tejo, os acessos rodoviários existentes e o público escolar.

Na serra da Aguieira, a visita permite apreciar a arquitectura militar das obras nºs 40, 41 e 42, que se encontram em bom estado de conservação e, ao mesmo tempo, desfrutar da paisagem rural que existe em redor. O miradouro é magnífico. Articulados entre si e envolvidos por uma trincheira, os fortes desempenharam uma importante posição estratégica nas invasões francesas, pela inter-visibilidade que o local oferecia. O visitante pode aprender muito sobre a estratégia militar utilizada na construção deste património militar. O espaço vai dispor de sinalética direccional, e informativa e de um parque de estacionamento.



- Forte da Portela Grande
- Forte da Portela Pequena



PERCURSO PEDESTRE DA 1.ª LINHA DE TORRES

Inaugurado em 2007, o primeiro percurso pedestre do concelho de Vila Franca de Xira possibilita-nos conhecer o início da rota na 1ª das Linhas de Torres.

Com um tempo médio de duração de três horas, o percurso, marcado pelo Clube Ibérico de Montanhismo e Orientação, é composto por duas áreas que formam., no seu conjunto, um 8. A zona da Sub Serra, onde se inicia o percurso, tem cerca de cinco quilómetros; e a outra área, que abrange Trancoso e S. Romão, tem sete quilómetros e meio.

Ao longo da rota, que parte da Sub Serra, são várias as fortificações que podem ser observadas. Envolvido numa paisagem rural, os pedestrianistas podem caminhar por antigas estradas militares e apreciar as Quintas do Bulhaco e de Sub Serra, que no tempo das invasões serviram de entrepostos de defesa; e a Ermida Medieval de S. Romão que, reza a lenda, foi mandada construir, em gesto de agradecimento, por cavaleiros que mataram a sede numa fonte ali bem perto. Antigos moinhos de vento, convertidos na época em postos de tiro, também podem ser avistados. O Moinho do Forte de Sub Serra, um dos quatro que sobreviveram, é o único que labora regularmente.

Com um tempo de duração de três horas, o primeiro percurso pedestre do concelho de Vila Franca de Xira é um convite, saudável, à descoberta



Bibliografia Geral

AAVV (1994) - *Histórias do Tejo*, Catálogo da Exposição, Vila Franca de Xira, edição Museu Municipal - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada.

AAVV (2001) - *Memórias de Pedra e Cal*, Catálogo da Exposição, Vila Franca de Xira, edição Museu Municipal - Câmara Municipal Vila Franca de Xira.

AAVV (s/d) - *Olhar as Linhas de Torres*, edição conjunta dos Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

AAVV (2002) - *Programa para a Salvaguarda, Recuperação e Valorização das Linhas de Torres, Vila Franca de Xira*, edição da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

AAVV (2005) - *Guerra Peninsular, Novas Interpretações, actas do Congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional / Tribuna da História.

AAVV (2007) - *Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras*, edição conjunta dos Municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

AAVV (2007) - *Guerra Peninsular 200 anos*, Lisboa, Ministério da Cultura / Biblioteca Nacional de Portugal.

AAVV (2008) - *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1806-1808, actas do X Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras Editora.

AMARAL, José Ferreira da Silva (1856) - *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, Vila Franca de Xira, vol.I. Coleção Património Local, nº1, edição Museu Municipal - Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.

AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Julieta; GUSMÃO, Adriano de (1963) - *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Volume III, Concelhos de Mafra, Loures e Vila Franca de Xira, Lisboa, Assembleia Distrital de Lisboa.

BANHA, Tenente Teotónio (2007) - *Legião Portuguesa ao Serviço de Napoleão*, Casal de Cambra, Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa.

CARDOSO, Manuel José Dias, Capitão Engenheiro (1823) - *Apontamentos e Reflexões sobre as Linhas do Norte de Lisboa*, Lisboa, A Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos.

CUNHA, Augusto Lopes da (1954) - *Memória das Festas da Inauguração do Obelisco Comemorativo da Guerra Peninsular e Catálogo da Exposição Histórico-Bibliográfica*, Museu e Biblioteca Municipais de Torres Vedras.

GOTTERI, Nicole (2006) - *Napoleão e Portugal*, Lisboa, Editorial Teorema.

MARBOT, General Barão de (1847) - *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*, trad. Maribel Paradinha, Casal de Cambra, Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.

PARREIRA, Rui (1986) – “Inventário do Património Arqueológico e Construído no Concelho de Vila Franca de Xira; Notícia da Parcela 404-1”, *Boletim Cultural*, nº 2, Vila Franca de Xira, edição Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

SANT'ANNA, Dionísio (1924) - *Guia de Portugal I Generalidades Lisboa e Arredores*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

VITORINO, Pedro (1945) - *Invasões Francesas*, Porto, Livraria Figueirinhas.

Enciclopédias Históricas

MATTOSO, José (1993) - *História de Portugal*, Volume 5, *O Liberalismo*, Lisboa, Editorial Estampa.

MATTOSO, José (2002) - *História de Portugal*, Volume IX, *O Liberalismo*, Lisboa, Lexicultural.

MEDINA, João (1995) - *História de Portugal*, Volume VII, *Portugal Liberal*, Amadora, Clube Internacional do Livro.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1983) - *História de Portugal*, volume VII, Lisboa, Editorial Verbo.

SERRÃO, Joel (1960) - *Dicionário de História de Portugal*, volume V, Porto, Livraria Figueirinhas.

TOUCHARD, Jean (1991) - *História das Ideias Políticas da Revolução Americana ao Marxismo*, Vol.III, Forum da História, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Periódicos

ALEXANDRA, Nair (2008) - "Guerrilha", Nome de Guerra, *Expresso*, 9 de Maio.

CÂNCIO, Francisco (1964) – "Linhas de Torres Vedras – O Distrito de Alhandra", *Vida Ribatejana*, número especial.

CARDOSO, Rui (1990) - "Linhas de Torres - A Vingança do Francês", *Expresso*, 10 de Novembro.

GERALDO, Coronel José Custódio Madaleno (2009) - "Relações diplomáticas de Portugal no tempo que antecede a invasão de Junot", *Revista Militar*, 26 de Fevereiro.

RAMALHO, Margarida Magalhães (2008) – "Novas revelações sobre a Guerra Peninsular", *Expresso* 13 de Junho.

SACADURA, Augusto (1985) – "Linhas de Torres e Combates Frente às Linhas completam 175 anos sem quaisquer comemorações", *Notícias de Alhandra*, Outubro.

Documentos on-line

Site Instituto Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
<http://www.igespar.pt>

Site Jornal de Arte, Cultura & Cidadania
<http://www.tintafresca.net>

Site Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
<http://www.monumentos.pt>

Site Por Entre Montes e Vales
<http://porentremontesevales.blogspot.com>

POSTO DE TURISMO

Vila Franca de Xira
263 285 605
turismo@cm-vfxira.pt

MUSEU MUNICIPAL - NÚCLEOS

Sede

Vila Franca de Xira
263 280 350
sede@museumunicipalvfxira.org

Núcleo Museológico

Alverca
21 957 03 05

Arte Sacra

Vila Franca de Xira
263 285 620 / 263 288 337

Barco Varino

Vila Franca de Xira
263 280 350 | 263 280 460
turismo@cm-vfxira.pt

Museu Neo-realismo

Vila Franca de Xira
263 285 626
neorealismo@cm-vfxira.pt

JUNTAS DE FREGUESIA

Alhandra

21 951 90 50
geral@jfalhandra.mail.pt

Alverca do Ribatejo

21 958 76 80
geral@jf-alverca.pt

Cachoeiras

263 272 590
jfcachoeiras@mail.telepac.pt

Calhandriz

21 958 81 30
jf_calhandriz@iol.pt

Castanheira do Ribatejo

263 299 747
jf.castanheira@mail.telepac.pt

Forte da Casa

21 953 31 00
jf.fortedacasa@mail.pt

Póvoa de Santa Iria

21 953 96 90
geral@jf-povoasantairia.pt

S. João dos Montes

21 950 07 01
j.f.s.joao.montes@net.novis.pt

Sobralinho

21 950 05 41
secretaria@jf-sobralinho.pt

Vialonga

21 952 09 67
geral@jf-vialonga.pt

Vila Franca de Xira

263 200 770
freguesia@jf-vfxira.pt